

Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jan-jun 2000, p. 100-111

Poder local e cultura democrática: elementos para uma abordagem multi-escópica em ciências sociais.

FVS MACIADÔ BARROSA

Professora da PPGS/UFRGS
e PROPLUR/UFRGS

1. Introdução

Investigações empíricas recentes, realizadas no Brasil, sobre a gestão urbana e seus processos decisórios indicam que o papel dos atores e da cultura política, da qual são portadores, constituem fatores essenciais para a determinação seja do caráter democrático e participativo dos modelos de gestão, seja para a reprodução de padrões político-administrativos tradicionais¹. Neste sentido, a frequência com que são feitas menções à existência de elementos clientelistas, autoritários e patrimonialistas² no âmbito das administrações municipais, em que pesem nítidas diferenças regionais³, serve para reforçar a convicção de que a cultura democrática não se instaura automaticamente, apesar dos esforços realizados por governos locais progressistas com esse objetivo, e do que parece ter sido assumido como uma inevitabilidade, especialmente com relação à chegada de partidos de esquerda à administração de cidades de grande porte⁴. O tema da cultura democrática - que é, na verdade, o dos fundamentos da democracia - e de sua relação com o poder local continua, portanto, em nossa

1 Para uma síntese dessas investigações ver Barrosa (1999).

agenda política e intelectual como um terreno ainda fugidio, para cuja compreensão precisamos abrir caminhos.

O objetivo desta contribuição é justamente propor elementos para esses novos caminhos, através de um tratamento que, inicialmente, decompõe o complexo objeto de investigação, diferenciando os componentes psico-sociais, relativos ao temas do poder e da democracia, dos componentes sócio-espaciais, intrínsecos à temática do local, para examiná-los, a seguir, com base numa abordagem de caráter transdisciplinar e multi-escópico que possibilite rearticulá-los, posteriormente, num novo patamar de entendimento do que está em jogo⁵.

A abordagem que estamos propondo assenta em pontos de partida

2 As referências mais frequentes relacionam-se ao personalismo, à indiferenciação entre o público e o privado e ao imediatismo que tende a substituir a perspectiva de longo prazo na gestão e no planejamento urbano pelo que Schwaberg (1999) chama, ao falar dos "dinâmicos da cidade", de "fazajamento". Aqui estamos fazendo referência a esses elementos no sentido usado por Chaux. Ao dizer que a sociedade brasileira é autoritária estou pensando em certos traços gerais das relações sociais que se repetem em todas as esferas da vida social (da família ao Estado, passando pelas relações de trabalho, pela escola, pela cultura). Vivemos numa sociedade verticalizada e hierarquizada (..) na qual as relações sociais são sempre realizadas ou sob a forma da cumprimento (quando os sujeitos sociais se reconhecem como iguais), ou sob a forma do mando e da obediência entre um superior e um inferior (quando os sujeitos sociais são percebidos como diferentes, a diferença não sendo vista como assimetria, mas como desigualdade). Não existe, no Brasil, a idéia, vinda da Revolução francesa, de igualdade de direitos e de igualdade jurídica dos cidadãos. A forma autoritária da relação é mascarada por aquilo mesmo que a realiza e a converte: as relações de favor, tutela e clientela. Três efeitos imediatos podem ser percebidos: impossibilidade de efetuar a idéia liberal da política como pacto ou contrato (pois a condição do contrato é a igualdade entre as partes); impossibilidade de realizar a política democrática baseada nas idéias de cidadania e representação – esta é substituída pelo favor, pela clientela, pela tutela, pela cooptação ou pelo patrimonismo vanguardista; impossibilidade de visualizar a idéia socialista de justiça social, liberdade e felicidade. (Chaux, 1994, p. 27-28).

3 Ver, p. ex., o estudo de Santos Júnior (1999) sobre as diferenças no nível de associativismo e de participação sociopolítica entre seis regiões metropolitanas.

4 Apreciações críticas da visão romântica da sociedade civil como território do bem e de iluminados encontram-se nos artigos de Slater, Jelin, Ribeiro, Melucci e Krischke, todos em Alvarez, Dagnino e Escobar (1998). Ver ainda Alexander (1998) e, sobre ambiguidades da chegada da esquerda ao poder do Estado, Nery (1994).

5 Nossa abordagem converge com a de Melucci (1998, p. 423-424) que, no estudo da ação coletiva e dos movimentos sociais, enfatiza a importância de se pensar de um ponto de vista histórico-empírico para interpretações analíticas, as quais, ao permitirem descompor a unidade empírica em suas partes (componentes), possibilitam observar sua heterogeneidade, forçando a abandonar idéias românticas e mitológicas sobre a suposta unidade de tais fenômenos. Uma iniciativa semelhante, embora de caráter bem mais abrangente, encontra-se em Navas (1994).

bastante próximos aos das atuais tendências nas ciências sociais⁶, entre as quais cabe mencionar aqui a concepção do conhecimento como tradução⁷ e a preocupação com a abertura daquelas ciências para enfoques multidisciplinares, como forma de responder aos novos desafios que as têm confrontado. Entre esses estão o problema da escala⁸ e da geohistoricidade de seus objetos, cujo reconhecimento como simultaneamente mundiais, nacionais, regionais e locais, como argumenta Ianni (1998), impõe-se cada vez mais no contexto da globalização. Mas também a preocupação com a valorização da esfera simbólica e, especialmente no caso da cultura democrática, de aspectos emocionais, cognitivos e morais como um decisivo complexo evolutivo da vida individual e coletiva, para cujo entendimento, no entanto, é imprescindível dar maior atenção ao conhecimento da psique humana⁹. O que objetivamos neste trabalho é uma tentativa de dar passos iniciais na direção de uma tal abordagem.

Cabe salientar de antemão que, dada a complexidade do objeto e do exercício a que nos propusemos - o qual envolve conhecimentos oriundos de quatro diferentes campos disciplinares: a psicologia, a sociologia política, a epistemologia e a física - decidimos trabalhar com um número mínimo de conceitos e teorias, necessário apenas para explorar as possibilidades contidas no uso de uma rede conceitual multidisciplinarmente articulada. Esta é a razão pela qual deixamos de considerar neste trabalho a contribuição da sociologia da ação comunicativa de Habermas (1988), embora cientes de que seu tratamento da obra weberiana, em conjunto com

6 Cf. Wallerstein (1996), Ianni (1998a), Alexander (1987) e Laclau (1986).

7 Cf. Barbosa (1998).

8 Sobre o tema ver Revel (1998).

9 Mais do que em psicologias da consciência, cognitiva ou da personalidade, pensamos aqui na necessidade de aproximação com a psicologia profunda para o entendimento da dinâmica dos processos inconscientes. Curiosamente, parece estar havendo uma busca de aproximação desta última com as ciências sociais, como se pode perceber em autores como Samuels (1995) e Hillman (1993).

a de Piaget e Kohlberg, é certamente o que há de mais avançado na mesma direção que estamos propondo. Esta opção prende-se a um propósito sobretudo didático, não se tratando de promover aqui uma investigação exaustiva do tema ou da introdução de novos conceitos. O que nos interessa é mostrar como é possível, através de uma abordagem multi-escópica, "traduzir" teorias e conceitos conhecidos, senão clássicos, de uma área e/ou escala para outra, ampliando assim - ou "desdobrando" (Bohm, 1992), no sentido bohmiano - o entendimento de um objeto complexo, como o das relações entre poder local e cultura democrática.

O trabalho a seguir está estruturado em três etapas. Na primeira (secção II) é apresentado resumidamente o terreno comum da problemática, com o objetivo de contextualizá-la: o pano de fundo da discussão é a nova importância assumida pelo local no âmbito das tendências recentes na área do planejamento e da gestão urbanas e dos debates sobre a reforma do Estado, a descentralização das políticas públicas e a democracia participativa. Na segunda etapa (secções III e IV) seus dois componentes são discutidos separadamente. O psico-social na secção III, na qual a articulação entre ação individual, ação coletiva e cultura democrática é tecida, combinando-se a visão psicológica de Winnicott com os modelos de dominação da sociologia weberiana, através de uma ponte entre eles estabelecida com o recurso à epistemologia genética de Piaget. O componente sócio-espacial é tratado na secção IV, dissociando-se o elemento "poder" do elemento "local", para chegar a uma nova questão - a do "poder do local", em relação à qual são exploradas, através da teoria hologramática de Bohm, as possibilidades da análise multi-escópica. Na terceira (secção V) volta-se a articular os dois componentes com base na nova compreensão obtida, concluindo-se com comentários sobre a nova abordagem.

2. A nova importância do local

As transformações que acompanham a globalização econômico-financeira do mundo vêm operando profundas mudanças no campo não só das relações produtivas, das estruturas organizacionais e da reestruturação sócio-espacial, como dos próprios padrões de cultura e sociabilidade. Estes têm tido suas características radicalmente alteradas à medida em que a informatização possibilita uma vivência simultânea, em todas as partes do globo, de processos e eventos locais, divulgados através da vasta cadeia midiática mundial, além de permitir que redes de interesses – competitivas ou solidárias – se formem mundialmente, dando origem à chamada sociedade de rede¹⁰. Eletronicamente, na esfera simbólica, “o mundo, que era pequeno” torna-se grande; e “a terra, que era grande” torna-se pequena, como diz Gilberto Gil, numa inspirada canção com o sugestivo título de *Parabólicamará*.

Não é de surpreender que a essa nova etapa da acumulação capitalista, a da chamada acumulação flexível (Harvey, 1989, 1992), correspondam alterações igualmente profundas na esfera política, já anunciadas na emergência dos “novos movimentos sociais”¹¹ no final dos anos sessenta. Entre as questões mais marcantes, na década de 80, estiveram a crise do Estado do bem-estar na Europa Ocidental, a desestruturação do modelo do socialismo real existente no Leste Europeu e os processos de democratização na América Latina, todas expressões de mudanças que levariam a um acirrado questionamento do papel do Estado e de suas políticas, além de suscitar novas relações

10 Para uma ampla caracterização da sociedade em rede ver Castells (1996). Para aspectos parciais da problemática ver, entre outros: Hirst e Thompson (1996); Lanni (1998b, 1997); Castelf (1997); Hirsch (1997); Hall (1998); Negroponte (1995); Lykline (1995).

11 Há uma extensa literatura sobre o assunto. Ver, entre outros, Alexander (1998); Alvarez, Dagnino e Escobar (1998); Cohn (1997); Laclau (1986); Dagnino (1994); Cardoso (1994).

entre a esfera estatal e a sociedade civil¹². Esses fatores contribuiriam, na década de 90, para a ascensão política e ideológica, no seio do debate sobre a reforma do Estado, de concepções neo-liberais sobre a ação estatal, que colocaram em foco, como instância privilegiada para a ação política e econômica, não mais o território nacional como um todo, mas o espaço local¹³. Produziu-se, assim, uma notável convergência com concepções sobre a democracia participativa herdadas da tradição de esquerda, por um lado - que enfatizavam a importância da ação política local organizada a partir da sociedade civil como instrumentos de democratização e participação popular; e, por outro, com movimentos e formas de pensar característicos da pós-modernidade, como expresso, por exemplo, no slogan "pensar global, agir local".

O fato é que nas novas geografias¹⁴ resultantes do redesenho sócio-espacial imposto pelas exigências do novo modelo de acumulação, o uso do território passou a ser cada vez menos determinado por projetos nacionais de desenvolvimento e cada vez mais pela lógica da acumulação flexível, que atualiza a questão regional e estabelece no espaço, em termos mundiais, uma progressiva divisão dos lugares conforme sua maior ou menor aptidão para serem utilizados como bases operacionais de investimento e acumulação do grande capital (Hirsch, 1998)¹⁵. Foi com base nesses processos múltiplos e simultâneos de mudança, no bojo dos quais as cidades começaram a ser vistas mais do que nunca como arenas estratégicas da luta por investimentos, que

12 Há excelentes coletâneas sobre esse conjunto de temas no Brasil e na América Latina, embora com diferentes ênfases, como as de Gerschman e Vianna (1997); Alvares, Dagnino e Escobar (1998); Aílson e Silva (1996) e Reilly (1994). Ver ainda Alexander (1998), Arretz-He (1996) e Almeida (1995).

13 Ver, p. ex., Osborne e Caehler (1994), Klickberg (1994); Figueiredo e Lamounier (1997); Fischer (1996); Borja (1996) e, para uma discussão mais ampla sobre o Estado na América Latina, Buron (1996).

14 É interessante observar como a geografia passa a ser cada vez mais adjetivada: Soja (1993) fala, p. ex., de "geografias pós-modernas", enquanto Harvey (1997), ao tratar dos temas da justiça e da natureza, refere-se à "geografia da diferença".

15 Para uma discussão sobre as novas características do Estado-nação ver também Castells (1999) e Hirsch (1996a e 1996b). Um interessante debate sobre o Estado capitalista pode ser encontrado ainda em Cörig e Roth (1998) e em Demirkaya, Krebs e Sablowska (1992).

se difundiu, no campo do planejamento e das políticas urbanas, um novo paradigma – o do chamado “planejamento estratégico”¹⁶ – no centro do qual estarão dois componentes principais: a ênfase na esfera local, ou seja, no município, como o lugar privilegiado da ação econômica, política e cultural, apoiada no forte simbolismo da cidade como pátria; e a competitividade entre os lugares como o principal, senão único, mecanismo de acesso ao desenvolvimento, matriz do chamado *city marketing* (Sanchez, 1999).

A partir do campo multidisciplinar dos estudos urbanos, para o qual tem confluído um número significativo de análises sobre experiências de gestão local urbana inspiradas pelo novo paradigma, é possível observar, contudo, que da combinação entre a descentralização político-administrativa com ênfase em processos decisórios calçados, por um lado, na participação popular e, por outro, na parceria entre o setor público e o setor privado – a qual irá alimentar também renovadas concepções sobre o desenvolvimento local ou endógeno – originaram-se duas leituras ou variantes, dependendo do conjunto de componentes enfatizado para orientar e legitimar a ação dos governos locais. Desse modo, tanto o paradigma tem sido acessado pela via do que Harvey (1996) conceituou como empreendedorismo urbano – a versão empresarial, conservadora, que enfatiza a ação local no sentido de projetos claramente capitalistas de dinamização da economia local (grandes projetos de intervenção urbanística, *city marketing*, etc.) – como pela via de uma leitura de “esquerda”, que vê no novo modelo uma estratégia para o aprofundamento da democratização da sociedade, enfatizando a participação popular como meio de assegurar apoio para políticas redistributivas e, em alguns casos como o de Porto Alegre, até mesmo projetos de desenvolvimento com intenções notoriamente anti-capitalistas (Cf. Lima et. al., 1999).

16 Sobre o tema ver Vainer (1999), Sanchez (1999), Frachet (1996), Borja (1996) e Harvey (1996).

Contudo, apesar da diferença de orientação das duas leituras, o que a análise das experiências realizadas no Brasil pelos governos locais na década de 90 vem revelando, é que, na prática, ambas parecem comportar-se de modo convergente, obedecendo a um mesmo padrão básico. Embora as municipalidades venham adotando crescentemente um receituário de instrumentos político-administrativos, jurídicos e urbanísticos muito semelhante (orçamento participativo, conselhos populares, parcerias com o setor privado etc.), os resultados obtidos parecem variar de um lugar para o outro unicamente em decorrência dos arranjos políticos, econômicos e culturais concretos existentes no lugar, mostrando-se altamente dependentes dos tipos de atores envolvidos e da cultura política local. O que nos remete à preocupação central deste trabalho: a necessidade de ampliar o entendimento sobre como se articulam, em contextos sócio-espaciais urbanos de grande porte, cultura democrática e cultura autoritária – para o que é preciso sair do nível político-administrativo das práticas de gestão e ir pescar em águas mais profundas. Esta a razão que nos leva a examinar, a seguir, o papel da ação individual sobre a ação coletiva, já que é ao nível do ator, de suas práticas e representações que residem a gênese e a reprodução da democracia e/ou do autoritarismo.

3. Cultura democrática, ação individual e ação coletiva

A questão da democracia é geralmente analisada, na ciência política e na sociologia, a partir de uma perspectiva institucional e formal, na qual procedimentos, instituições e formas de organização de interesses coletivos, especialmente partidos e organizações de classe, ocupam o centro da

reflexão¹⁷. Em minha experiência pessoal, no entanto, nada permaneceu mais revelador para o entendimento daquilo que está em jogo na questão democrática do que um texto, lido há muito tempo, do psicoterapeuta inglês Winnicott (1984), no qual ele se ocupa do tema, colocando o foco da questão no maior ou menor grau de maturidade emocional dos indivíduos como a variável central para o surgimento ou não da democracia em sua relação de oposição com tendências autoritárias. Nas ciências sociais esse ponto de partida pode ser visto como uma novidade, embora elementos nessa direção já estejam presentes de fato na sociologia de Weber (1969) e de Elias (1993) e mais explicitamente em Adorno (1973) e Habermas (1988), parecendo estar em ascensão, como indica o crescente interesse pelo tema da cultura política e pela psicologia histórica.

No centro do pensamento de Winnicott está a idéia de que a essência da democracia e de seu aparato democrático é a garantia de eleições livres, através das quais o povo pode expressar seus sentimentos profundos, e a capacidade de que ela leve a decisões razoáveis ou adequadas para a sociedade em questão, sem que nenhum resultado específico esteja pré-determinado de antemão. Os indivíduos, contudo, não são vistos como unidades simples ou mônadas isoladas. De acordo com ele, no momento de concretização da democracia – o da participação em processos decisórios, através do voto, por exemplo – o que se manifesta em cada voto é a solução de uma luta interna, na qual o mundo inteiro está presente. Winnicott descreve esse processo do seguinte modo. Na medida em que o

17 A tradição de estudos sobre a democracia centrados no que os cientistas políticos chamam de "engenharia institucional" e num conceito estreito, restrito à democracia representativa, vem sendo crescentemente questionada com o renascimento de estudos sobre cultura política, os quais partem de um conceito bem mais amplo e multidimensional de democracia, como o adotado neste trabalho. Melucci (1998, p. 426) chega a relacionar a abstração procedural da democracia no neoliberalismo como um meio de esconder novas formas de dominação e poder. Sobre o tema ver também Alvarez, Dagnino e Escobar (1998, p. 13-15); Slater (1998, p. 384); Schmitter (1997) e Dagnino (1994).

indivíduo progressivamente se identifica com todas as forças concorrentes, o campo de batalha externo, com todos os seus aspectos sociais e políticos, torna-se algo pessoal. Ou seja, o indivíduo percebe o mundo externo como sua própria luta interna e em parte permite que sua luta interna seja conduzida no mesmo sentido que o do palco político externo. Esse vai-e-vem exige trabalho e necessita de tempo, razão pela qual faz parte obrigatória do aparato democrático que ele possibilite um tempo de preparação, já que uma eleição imprevista produziria nos eleitores um profundo sentimento de frustração. Em suas palavras: *O mundo interno de cada eleitor necessita transformar-se, por um período limitado de tempo, em um campo de batalha político* (1984, p. 225)¹⁸.

Para Winnicott, a democracia não constitui uma simples questão formal, passível de ser generalizada como um modelo instaurado por decreto, devendo ser vista, ao contrário, como uma conquista de uma sociedade delimitada, num determinado período do tempo. De uma verdadeira democracia, segundo ele, poder-se-ia dizer o seguinte:

nesta sociedade existe, neste momento, suficiente maturidade no desenvolvimento emocional de uma parte suficientemente grande dos indivíduos que a compõem, de tal forma que existe uma tendência natural ("angeborene") para a criação repetida e manutenção do aparato democrático (Winnicott, 1984, p. 225-226).

Com base nas premissas acima, Winnicott sintetiza o problema da emergência e da reprodução ou destruição da democracia por meio de

uma equação clara e simples, construída em termos da proporção de indivíduos que, num determinado momento de uma determinada sociedade, portam características favoráveis ou contrárias a ela, ou seja, respectivamente, as de maturidade ou imaturidade emocional: $100 - (X + Y + Z)\%$. Nessa equação "X" indica a proporção dos indivíduos portadores de características manifestamente anti-sociais, isto é, aqueles aos quais falta um sentido de comunidade ("Gemeinsinn"). "Y" é o percentual dos indecisos. "Z" refere-se ao percentual de indivíduos que se identificam com a autoridade como forma de reagir à sua insegurança interna, através, portanto, de uma contra-tendência. Esta é, segundo o autor, uma forma doentia e imatura de identificação com a autoridade, porque não nasce de um processo espontâneo de auto-descoberta; é uma tendência pró-social, mas anti-individual, razão pela qual seus portadores são classificados de "anti-sociais escondidos" (1984, p. 226-227). No caso dos indecisos, essas mesmas características estão em ação, já que, não sendo indivíduos "inteiros", mas sim divididos porque imaturos, tanto eles como os anti-sociais precisam buscar contrapesos ("Gegenkraft") e conduzir confrontos internos, projetando-os para fora de si mesmos. Esses "anti-sociais escondidos" preparariam o terreno para uma liderança também imatura, com tendências anti-individuais e autoritárias (1984, p. 227).

De acordo com a equação acima, todo o peso de sustentação da democracia repousa no elemento residual decorrente da diferença entre a totalidade dos indivíduos da sociedade em questão e aqueles portadores de características anti-democráticas. Este resíduo corresponderia, pois, à proporção de indivíduos que se tornam não só maduros, como progressivamente capazes de acrescentar sentido comunitário a seu desenvolvimento pessoal (1984, p. 228). A existência da democracia num determinado perí-

odo do tempo dependeria, assim, da relação quantitativa entre as forças contidas nos dois termos da equação, no âmbito da qual, na verdade, os componentes "X", "Y" e "Z" se reforçam mutuamente, contribuindo para uma tendência à ditadura que, segundo Winnicott, se caracteriza inicialmente por um apoio fanático à fachada democrática.

Se nos alongamos na exposição do tratamento dado por Winnicott à questão da democracia, não é no sentido de endossarmos cada uma de suas premissas e concepções e sim com o objetivo de chamar a atenção para um aspecto chave que ele nos ajuda a identificar com certa clareza. Estamos fazendo referência ao fato de que a ação individual não é apenas a ação de cada indivíduo, mas sim **a ação do mundo, através de cada indivíduo**. Isto é, a ação de mundos, internalizada e a seguir objetivada, através da ação individual. Este, que na verdade constitui um ponto de partida fundamental não apenas para a democracia, mas para o entendimento da gênese das formas sociais e políticas em geral, está, como gostaríamos de salientar, muito próximo a dois outros. Ele compartilha com Bohm (1992) a concepção hologramática da realidade social, segundo a qual na relação parte-todo este último não apenas é composto pela interação das partes, como está contido em cada uma delas, "fluindo" constantemente através delas como holomovimento. E se aproxima da sociologia weberiana quando esta constrói os modelos de dominação tendo como base os tipos de ação individual, em nítido contraste com a tradição da filosofia política, como observa Bobbio (s/d, p. 158-159).

Os modelos de dominação de Weber (1969), como se sabe, retiram suas características e sua denominação - tradicional, racional e carismática - dos tipos da ação individual, por meio dos quais as formas de legitimação que sustentam a dominação se manifestam. Ou seja, tipos de ação que, por sua predo-

minância ou generalização na sociedade, realizam e reproduzem - ou não - os motivos, os meios e os fins, através dos quais certas formas de dominação são aceitas em determinados períodos ou épocas da vida social¹⁹. Em suma, pode-se dizer que também em Weber o fundamento da aceitação coletiva das formas políticas reside no agir concreto de cada indivíduo em particular²⁰ e na sua reprodução recursiva, em cada momento do tempo e em cada ponto do espaço. É nesse "momento fenomenológico", latente nos exemplos históricos através da descrição detalhada de episódios e situações de dominação - os quais, não obstante sua origem em épocas distantes e lugares longínquos, reconhecemos como idênticos, em essência, a interações vividas por nós no dia a dia - que, acreditamos nós, radicam os efeitos de *insight*, facilmente detectáveis nas entrelinhas de estudos que se alimentam da fonte weberiana. Essa talvez a razão pela, qual no Brasil, a identificação de qualquer procedimento particularista, casuístico, arbitrário ou imediatista, seja imediatamente considerado como indicador de "patrimonialismo" ou de "clientelismo". O sentimento do *déjà vu* parece falar, nesses casos, mais alto do que qualquer preocupação com o tratamento conceitual rigoroso²¹.

É exatamente nesse aspecto fenomenológico que nos parece residir o papel iluminador que o modelo da dominação patrimonial, em Weber, exerce para o entendimento da democracia no Brasil. Ou, para falar com maior precisão, para o entendimento de sua ausência, debilidade e intermitência. Na verdade, nos atreveríamos a dizer que a compreensão sobre a natureza autoritária de nossa sociedade e de suas práticas políticas pode ser dividida em dois grupos, nitidamente distin-

19 Weber trata detalhadamente do tema em *Economia e Sociedade* (1969). Inicialmente examina de forma mais conceitual e esquemática os tipos de dominação (volume 1, parte III, p. 170-241); e a seguir, especialmente na sociologia da dominação (volume 2, parte IX, p. 695-1117), com abundância de exemplos históricos que caracterizam o que chamamos acima de "momento fenomenológico" de sua análise.

20 De acordo com Mummisen (1971), a ideia de personalidade está no centro de pensamento de Weber: o indivíduo domina o mundo concreto porque é capaz de tomar decisões a seu respeito e de escolher entre diferentes valores (Mummisen, 1971, p. 92). Para um exame da problemática individual em Weber consultar Souza (1997).

21 Bibliografias mais específicas sobre o tema podem ser encontradas em Kuper (1989) e Scott (1977) respectivamente.

tos: a compreensão iluminada pela análise weberiana – que deu origem, entre nós, talvez à mais nobre estirpe de estudos sobre o Estado²², no bojo da qual autores como Faoro (1976) e Schwartzman (1988) ocupam lugar de destaque – e as outras. E por que dizemos isso? Porque, especialmente no caso do patrimonialismo, o momento fenomenológico da análise weberiana adquire uma função crucial na medida em que Weber não só nos ajuda a reconhecer padrões não democráticos, como fornece, além disso, uma sistematização teórica e conceitual que os classifica e situa no bojo do fenômeno mais geral da dominação, permitindo que façamos novas explorações nesse terreno.

Que lições podemos extrair ainda da tipologia da weberiana da dominação? Aqui gostaríamos de chamar a atenção para dois aspectos importantes que tendem a passar despercebidos. O primeiro refere-se à relação que os três modelos – a dominação tradicional, da qual o patrimonialismo é uma variante; a racional-legal e a carismática – mantêm com a questão da mudança social. Ou seja, trata-se de enfatizar que, enquanto a dominação tradicional e a racional-legal são ambas padrões típicos de situações estáveis, destinados a garantir a reprodução do cotidiano²³ e, com ele, a ordem vigente, a dominação carismática, ao contrário, tende a emergir em períodos ou situações de ruptura tanto de natureza política como provocadas por catástrofes naturais. Nesse sentido pode-se dizer que, permeando as inúmeras variantes históricas e culturais, há na, verdade,

22 Uma apreciação recente dessa linhagem de estudos poder ser encontrada em Souza (1998).

23 Weber opera frequentemente com a oposição entre o cotidiano e o extra-cotidiano. Referindo-se aos diferentes fundamentos da legitimidade, diz ele que: *En lo cotidiano domina la costumbre y con ella intereses materiales, utilitarios* (Weber, 1969, p. 170). Sendo assim, a legitimidade da dominação tradicional descansa em *la creencia cotidiana en la santidad de las tradiciones*. Já a legitimidade carismática descansa em *la entrega extracotidiana a la santidad, heroísmo o ejemplaridad de una persona* (Weber, 1969, p. 170, 172). Quanto à dominação racional-legal, Weber é ainda mais explícito, já que o cerne desse tipo não está na pessoa do dirigente, o qual pode pertencer formalmente a outros tipos de dominação, e sim na burocracia civil e militar que se ocupa do manejo diário da administração (Weber, 1969, p. 1060). O mais importante da administração racional-legal, segundo Weber suscetível de aplicação universal, é justamente o fato de ela ser aplicável na vida cotidiana. Em suas palavras: *Para que la vida cotidiana domine es primordialmente "administración"* (Weber, 1969, p. 175).

apenas dois, e não três, tipos básicos de dominação: um tipo que garante a mudança social lenta e controlada e que opera através de mecanismos de resistência, como a tradição; ou de concertação de interesses e ajuste de conflitos por mecanismos mais racionais, como as relações contratuais e os procedimentos democráticos. E outro tipo, que emerge sempre que a mudança violenta ou radical, seja lá por que motivos, suscite a necessidade de medidas extraordinárias e, portanto, de atores ou líderes portadores das qualidades adequadas para o desempenho da tarefa.²⁴

O segundo aspecto, que nos parece de maior importância para o entendimento da questão da democracia, não pode aflorar senão depois da distinção que fizemos acima. Trata-se de atentar para o duplo fato de que, salvo em momentos de excepcionalidade político-institucional, a democracia não parece ser possível no bojo de épocas ou situações onde predominem padrões carismáticos de dominação, parecendo, pelo contrário, só poder emergir no seio de condições e épocas correspondentes ao primeiro dos dois tipos básicos acima. Contudo, mesmo aí ela se mostra caprichosa, mantendo-se restrita na antiguidade, para emergir como forma sócio-política ampliada apenas na modernidade - como filha racional-legal, portanto, da dominação de tipo ordinário e não sob a modalidade tradicional.

Considerando o processo genético primordial apenas de sua forma ampliada - isto é, o do surgimento histórico das primeiras democracias liberais no seio das forças que trariam à luz a sociedade burguesa na Europa Ocidental - torna-se possível detectar nessa sequência o que parece cons-

24 Para Mummssen a sociologia weberiana, à primeira vista tão pragmática e neutra do ponto de vista conceitual, baseia-se numa filosofia da história ou numa certa teoria da civilização; entretanto ressalte que Weber sempre tenha se negado a erigir algo que se parecesse com uma teoria de conjunto da evolução cultural e que, talvez por isso, tenha ordenado sua tipologia da dominação numa ordem inversa à que poderia sugerir um desenvolvimento linear da história universal (carismático, tradicional e finalmente racional-burocrático). Essa filosofia teria no centro, contudo, uma luta recorrente entre o carisma - como força revolucionária do indivíduo criador e as forças racionalizadoras da normalização (Mummssen, 1971, p. 88, 100, 111).

tituir um padrão historicamente ordenado, ou serial, entre o modelo da dominação tradicional - no interior do qual se encontra o patrimonialismo - e o modelo da dominação racional-legal ou burocrática - no âmbito da qual emergiram as democracias liberais e, com elas, a cultura democrática. Obviamente, tendo emergido a forma histórica inaugural, ela pode difundir-se sem obedecer à sequência original. Em que medida isso é possível, dentro de que limites - esse é exatamente o ponto em que parecem abrir-se vários caminhos para a investigação da questão da democracia e da cultura democrática e no qual o entendimento da articulação entre ação individual e ação coletiva mostra-se crucial.

No sentido acima, a simultaneidade de elementos dos dois modelos de dominação na sociedade brasileira, o tradicional e o racional-legal, não deveria ser descartada da reflexão sociológica como mera herança do passado colonial ou como sintoma de pós-modernidade. Antes de mais nada deveria servir para nos chamar duplamente a atenção. Por um lado, porque é reveladora, sem dúvida, do caráter dissociado, portanto esquizoifênico, de uma sociedade onde frequentemente o discurso e o contexto institucional formal é democrático e racional-legal, enquanto a prática é autoritária e patrimonial. Por outro lado, porque evidencia uma superposição expressiva de padrões de ação individual e coletiva pertencentes ao que parecem ser dois momentos históricos diferenciados do desenvolvimento social da humanidade, convivendo ativamente entre nós, cujas imbricações precisam ser melhor compreendidas²⁵.

Se articularmos essa superposição à concepção anterior de Winnicott, de que na ação individual o que se manifesta são mundos, poderemos concluir que diferentes épocas históricas e diferentes mundos, portanto,

25 Essa questão da relação ou das combinações entre o velho e o novo é visto por Melucci (1998) como uma importante tarefa para a teoria e a pesquisa no campo da democracia e da cultura política.

são constantemente reproduzidos entre nós – através da ação prática e, frequentemente, em contraposição ao que é declarado no plano esquizofrênico do discurso. É certamente nessa composição de forças e na possível equação dela resultante que se encontram as raízes para entendermos a dificuldade de fazer florescer a democracia, mesmo quando dotamos nossos procedimentos institucionais e político-administrativos de formatos democráticos.

Entre as abordagens de Winnicott e de Weber, entre o indivíduo e os modelos coletivos macro-estruturais, há, no entanto, um espaço vazio que precisa e pode ser ocupado por uma abordagem que se ocupe da intermediação desses diferentes níveis de análise, tornando possível compreender como se produz a articulação entre os dois processos evolutivos simultâneos e imbricados: o da evolução histórica pessoal da ação individual e o da evolução dos padrões da ação coletiva. Essa ponte conceitual, cuja importância recém começa a ser reconhecida nas ciências sociais²⁶, pode ser encontrada na epistemologia genética de Piaget (1990), o qual tentou pessoalmente estabelecer uma articulação desse tipo, numa obra (Piaget e Garcia, 1987) em que compara as etapas evolutivas do conhecimento científico com as fases evolutivas do processo cognitivo individual²⁷.

Embora aqui não possamos mais do que aventar possíveis caminhos para essa articulação, acreditamos haver trilhas bem claras que a

26 Os trabalhos de Kohlberg e sua incorporação na sociologia da ação comunicativa de Habermas (1988) oferecem uma contribuição decisiva neste sentido. No Brasil cabe fazer referência igualmente aos estudos de Freytag (1985, 1991, 1992) e, mais recentemente, de Souza (1997, 1998).

27 Krischke (1998), p. ex., ressalta a importância de trabalhos que tentem estabelecer correspondências entre o desenvolvimento moral-cognitivo e as esferas sócio-políticas e normativas como forma de serem encontrados parâmetros para uma escala comparativa que permita aferir graus ou patamares de desenvolvimento no processo de democratização.

própria experiência empírica se encarrega de detectar²⁸. Estamos fazendo referência especialmente à contraposição entre o que gostaríamos de chamar de “mundo das operações concretas” e “mundo das operações formais”, para usar a denominação de duas etapas da evolução cognitiva que parecem ser verdadeiros divisores de águas no que concerne à capacidade humana de compreender e operar no mundo²⁹. Essas são duas categorias que parecem indicar a fronteira para além da qual o pensamento capaz de abstração permite o desenvolvimento da racionalidade formal, a previsão, a projeção a longo prazo e, fundamentalmente, o descentramento cognitivo e emocional – que é a capacidade de poder colocar-se na posição do outro, de olhar o mundo com seus olhos e, a partir dessa relativização da perspectiva, tornar-se mais tolerante e solidário. E para alguém da qual o entendimento do mundo permanece fixado em bases muito precária – narcisísticas, imprevidentes, inseguras e semi-lógicas – análogas às de uma criança que, já tendo aprendido a percorrer um determinado percurso, não sabe, contudo, como orientar-se nele para retornar. Que essas capacidades estão relacionadas com o maior ou menor grau de maturidade emocional, bem como com diferentes graus de competência para operar no mundo social, não há a menor dúvida.

Com base na epistemologia genética dois importantes componentes da articulação entre ação individual e ação coletiva podem ser compreendidos. Em primeiro lugar, o fato de que o caráter evolutivo da ação humana se produz simultaneamente nos níveis cognitivo, afetivo e moral, o que é

28 Como parece ser o caso relatado por Pierucci (1994) da associação por ele encontrada entre o chamado “conservadorismo popular” e a rejeição a raciocínios que não sejam criminosos, com implicações sérias para as questões da igualdade e da democracia advindas da impossibilidade de certos indivíduos ou grupos para pensar o ser humano “em geral”.

29 Esse é um tema central para a reflexão sobre as relações entre a democracia e certos pré-requisitos sócio-culturais para a emergência e reprodução da ciência, especialmente face a certos “perigos” do discurso pós-moderno do conhecimento. Sobre o tema ver Cassirer (1994) e Barbosa (1998).

importante para compreender fenômenos como níveis de consciência ou graus de sofisticação e abstração das representações. E, em segundo lugar, o fato de que os resultados desses processos evolutivos dependem não só da idade cronológica dos indivíduos, mas fundamentalmente das condições sociais gerais de cada mundo particular em que vivem; ou seja, do grau em que essas condições impedem ou favorecem o desenvolvimento dos potenciais de racionalidade, afetividade e de juízo moral que darão conteúdo à sua ação no mundo social. Este último aspecto, pelo efeito que exerce sobre a composição da equação da democracia de Winnicott, é decisivo para compreendermos as possibilidades de desenvolvimento da cultura democrática, especialmente se pensado com base no pano de fundo de uma das sociedades mais desiguais do planeta.³⁰

Articulando o que vimos até aqui com o auxílio de Winnicott, Weber e Piaget, já podemos ensaiar os primeiros passos da abordagem multi-escópica que estamos propondo. Um exercício inicial poderia ser, o de "traduzir" em linguagem piagetiana o enunciado de Winnicott, anteriormente referido, sobre o que se deveria poder dizer de uma verdadeira democracia, pensando num futuro problema de investigação - por exemplo no campo da cultura política - relacionado à problemática da simultaneidade de padrões de dominação em larga escala, como parece ocorrer no Brasil. O enunciado poderia ser reformulado na seguinte questão: neste momento qual é a proporção de indivíduos, no grupo ou sociedade em questão, cujo processo evolutivo pessoal ultrapassou (ou não) o nível das operações con-

30 Aqui é importante também atentar para o papel que a autonomia relativa da dinâmica psíquica pode desempenhar no entendimento da existência de distintas culturas políticas no interior de um mesmo sistema político, como no caso referido por Avritzer (1995) de juizes e policiais que não obedecem às normas das quais eles próprios deveriam ser os guardiães. Ou seja, para o entendimento de como altos graus de educação formal, capacidade de abstração e reflexão, ao nível cognitivo, podem coexistir com comportamentos reveladores de pequena capacidade de descentramento e de comprometimento emocional e moral quanto à capacidade de adesão a valores decisivos para a vida coletiva.

cretas? A resposta a essa questão forneceria um indicador bastante sintético e complexo, que ao ser associado a outras características, como as condições de vida e as concepções políticas da população investigada, poderia gerar uma nova série de questões pertinentes para o entendimento das possibilidades ou limites da cultura democrática.

Por último, como a cultura democrática também depende do tipo de local em que emerge e é reproduzida, é importante tecer algumas considerações sobre as particularidades desse componente. O que nos conduz à necessidade de refletirmos um pouco sobre a natureza do contexto sócio-espacial da ação humana e a necessidade de termos também dele uma visão complexa.

4. O poder do local e suas questões

Qualquer reflexão sobre o poder local deveria iniciar pela resposta a duas questões básicas: que poder? que local? Ou seja, aquilo de que queremos falar é o poder de quem, sobre o quê e onde? A resposta a estas questões tem variado ao longo do tempo no Brasil. De tema clássico da ciência política, relacionado ao exercício do poder oligárquico de caudilhos e coronéis sobre comunidades escassamente urbanas, o tema do poder local deslocou-se para o contexto da sociedade urbano-industrial. E nela, com o acelerado processo de urbanização nas décadas de 60 e 70 e de redemocratização, nas duas últimas décadas, as respostas mudaram. Apropriado pelos novos movimentos urbanos da sociedade brasileira, o tema do poder local passou a ser tratado pelo ângulo da participação popular e das novas formas de organização da sociedade civil. Tornando-se um tema cen-

tral do campo dos estudos urbanos, a questão do poder local foi adquirindo um enfoque nitidamente político-administrativo, passando a ser empregado praticamente como sinônimo de governo municipal e, mais especialmente, de suas sedes urbanas – as cidades. Trata-se ainda de poder e, portanto, de relações de dominação, mas o contexto sócio-espacial já não é tão óbvio.

De que cidades estamos falando – pequenas cidades do interior? cidades médias? capitais? cidades periféricas de regiões metropolitanas? Estamos falando de São Paulo, a grande metrópole do Brasil e da América Latina? De Salvador, a dinâmica capital turística e cultural do nordeste? Ou, por acaso de Porto Alegre, a “Viena vermelha” dos gaúchos? As próprias questões acima já vêm carregadas de implicações sobre os diferentes contextos sócio-culturais e espaciais a que correspondem os “locais” mencionados. Mais do que respostas, elas suscitam, portanto, novas questões. Desta vez sobre a necessidade de um olhar mais complexo, mais adequado para lidar com a natureza multidimensional desse novo estágio do poder local.

Como no caso da relação entre ação individual e ação coletiva, a questão do local, do qual o poder local é uma especificação, exige ser compreendida a partir de uma visão complexa que conceba não só a multiplicidade do que é aparente, mas também a simultaneidade do que – para falarmos com Bohm (1992) – está **dobrado** nele e do qual, aquilo que se manifesta é, na realidade, um desdobramento. Essa visão, que rompe com a concepção fragmentária do mecanicismo, tem no seu ponto de partida a premissa da totalidade indivisa de movimento: segundo Bohm, aquilo que é, é holomovimento (1992, p. 235). Chamada de hologramática, porque, à semelhança do holograma, concebe que em cada região do registro fotográfico encontram-se dobradas a forma e a estrutura do objeto inteiro –

essa visão, contudo, obviamente não nega a existência de sub-totalidades ou regiões relativamente autônomas e independentes da realidade, cujos padrões de recorrência e estabilidade podem ser investigados por si só, bastando para isso posicionar em qualquer uma dessas regiões um olho multi-escópico, que como um telescópio ou um microscópio, "desdobração" seu conteúdo (Bohm, 1992, p. 235).

O poder local pode ser tratado como uma dessas regiões, constituindo nossos aparatos teóricos e conceituais os olhos e telescópios que utilizamos para "desdobrá-la". A adoção da visão hologramática implica, porém, que, para dar conta da complexidade do fenômeno e fazer jus às exigências do paradigma da ordem implicada, a adoção da visão hologramática exige que possamos combinar vários telescópios, com alcances variados. A escolha e a combinação de abordagens, à semelhança de lentes e filtros - como numa câmara fotográfica dotada de um zoom, cuja teleobjetiva pode ser ajustada de acordo com o objeto que queremos focalizar em detalhe - visa justamente este propósito.

Nossa proposta é a de pensar a questão do poder local e, mais especificamente, a de "qual poder em que local?" de modo análogo à concepção de holomovimento entendido em termos de uma série de elementos que se interpenetram e se entremesclam em diferentes estágios de desdobramento - portanto, dobrados e desdobrados ou, respectivamente, implícitos e manifestos - todos presentes juntos (Bohm, 1992, p. 266-267). E isso porque o local, como espaço ou lugar de eventos humanos - ou ainda, para falarmos com Augé, lugar de cultura localizada no tempo e no espaço (Augé, 1994, p. 35) - é sempre um ponto numa convergência de coordenadas espaço-temporais. Um lugar é sempre espaço num determinado ponto do tempo, assim como o tempo é sempre tempo no espaço.

em algum lugar do espaço; com a diferença de que, enquanto o espaço é um dado físico-geográfico, o tempo é trazido por nós, que, no dizer de Saramago (In Carvalho, 1999), somos os transportadores do tempo. Ora, o que trazem os transportadores do tempo senão a história de seus diferentes tempos individuais nos seus contextos sociais?

No sentido acima, a questão do local nos confronta, portanto, com um problema semelhante ao do personagem de Borges frente ao Aleph: *o lugar onde estão, sem se confundirem, todos os lugares do orbe, vistos de todos os ângulos* (Borges, 1999, p. 693)¹¹. Se pensarmos estes ângulos ou pontos de observação como diferentes fases ou etapas de desenvolvimento sócio-cultural, seja ao nível individual, seja ao nível coletivo, todos condensados, ou “empilhados” num mesmo “lugar”, em tempo real, então, como no Aleph - onde “cada coisa (...) era infinitas coisas” (p. 695), porque vistas de diferentes pontos de observação - teremos um problema de tradução ou de relato. No local, como no Aleph, os fenômenos observados, embora ocorram ou sejam vistos simultaneamente, precisam ser transcritos de modo sucessivo para acompanhar a natureza da linguagem (p. 695), ou seja, a natureza do pensamento e da compreensão.

Numa época em que o urbano, enquanto experiência de vida produzida e/ou possibilitada pelo contexto da cidade, dissocia-se da cidade como seu *locus* de origem específico para expandir-se pelo mundo como o *way of life* conceituado por Wirth (1967) - autonomizado pelas possibilidades que as tecnologias de transporte e comunicação abriram à humanidade, carregado pela globalização, pela mídia, pelas parabólicas e pela Internet - num tempo como esse, tão mais importante é pensarmos o poder local, desdobrando essa multiplicidade de possibilidades, de experiências acumu-

11 Não por acaso Saramago encontra no Aleph fonte de inspiração para expressar os dilemas de interpretação dos geógrafos pós-modernos (Sara, 1993, p. 8).

ladas, de níveis de consciência e de histórias coletivas e pessoais. O problema de tradução desse Aleph do poder local e de suas relações com a cultura democrática só pode ser enfrentado, contudo, sob duas condições: a de desenvolvermos uma abordagem multi-escópica de análise do local como configuração sócio-espacial; e a de recuperarmos a dimensão evolutiva da vida social.

Precisamos, portanto, de uma visão multidimensional que permita operar uma ampla varredura das principais dimensões e temporalidades que se concentram no local e, especialmente, das formas de dominação e demais elementos simbólicos (culturais, religiosos etc.) integrantes do sistema e das práticas políticas, com os quais essas formas se relacionam, no sentido de capturar sua simultaneidade e suas imbricações. Essa visão deve, entretanto, ser multi-escópica de forma a permitir, sobretudo, deslocamentos numa perspectiva vertical, tornando possível, como num processo sucessivo de traduções de um nível ou dimensão da vida social para a subsequente, a realização de percursos recorrentes de ida e vinda ao longo de uma linha micro-macro, do indivíduo à coletividade e vice-versa, como pensamos poder fazer com o auxílio da epistemologia genética piagetiana. Em suma, precisamos de instrumentos conceituais que nos permitam, à semelhança de um elevador, paradas e descidas em diferentes pontos do percurso vertical para explorações mais detalhadas de seus diferentes componentes e aspectos particulares: especialmente no que diz respeito aos diferentes atores e a seus respectivos modos de vida, seus sistemas de crenças e de pensamento. É da mistura desses componentes individuais, coletivamente imbricados, que se origina a matéria primordial do poder local, ou do poder de cada local.

5. Conclusões

Sendo esta uma proposta para a abertura de novos caminhos de investigação e não para avaliar um trabalho já realizado, mais do que de conclusões trata-se de encerrar com algumas reflexões finais.

A adoção de um ponto de partida hologramático, ao nível ontológico, implica pensar o mundo atribuindo centralidade à simultaneidade de suas diferentes formas de existência, sejam essas manifestas ou ainda em potencial ou "dobradas", exigência que vale também para o modo de conceber e analisar as relações entre ação individual e ação coletiva.

Apesar da simultaneidade dos dois tipos ou esferas de ação, a relação entre elas é concebida aqui a partir de uma perspectiva genética, no âmbito da qual a ação individual é o filtro gerador primordial através do qual, a cada momento, a ação coletiva do mundo social passa **para e pelo** mundo subjetivo de cada ator individual, sendo por ele processada e "devolvida" ao mundo coletivo, seja reproduzida na forma original, ou alterada - isto é, sendo recorrentemente recriada ou destruída. Este é o sentido de examinarmos um fenômeno coletivo, como a democracia, iniciando com a psique individual, como exemplificamos aqui com o recurso a Winnicott.

A contribuição da psicologia cognitiva e da epistemologia genética piagetiana constitui um tradutor *sine qua non* para o entendimento da articulação entre as duas esferas de ação, na medida em que oferecem instrumentos analítico-conceituais que permitem ler certas características da ação individual - o imediatismo, a imprevisibilidade, o casuísmo ou o uso arbitrário da autoridade pessoal, por exemplo - como indicadores permanentes de ação coletiva "traduzidos" como "patrimonialismo", "clientelismo", etc. É possível, assim, criar um sistema de referências e correspondências entre

padrões de ação individual e padrões de legitimidade e dominação que, como tentamos exemplificar, possibilitam articular o ponto de partida psicológico com os modelos da sociologia weberiana da dominação, permitindo avançar no entendimento do lugar onde radicam processos e elementos que determinam, ou pelo menos condicionam, as possibilidades e limites ao desenvolvimento da cultura democrática. Temas "brasileiros" como os da dificuldade de diferenciação entre o público e o privado, ou o da dissociação entre o país legal-formal e o país "real", podem ser compreendidos mais claramente à luz de tal perspectiva.

Para a tradução de padrões de comportamentos em níveis psicológicos e simbólicos mais profundos há, contudo, uma tarefa urgente de aproximação a ser empreendida com o campo da psicologia profunda. A psicologia analítica jungiana, dada a abertura que promove para o entendimento de processos e padrões simbólicos individuais e coletivos, parece-nos que poderia ser explorada como tal tradutor³².

A tarefa de desenvolvimento de uma abordagem multi-escópica só pode ser concebida e praticada como um programa de pesquisa coletivo e multidisciplinar, a ser empreendido, contudo, a partir da articulação dos conhecimentos disciplinares. Como quisemos ilustrar aqui, já existem elementos teóricos e conceituais, senão suficientes, pelo menos abundantes para iniciá-la.

No caso das relações entre cultura democrática e poder local, a abordagem multi-escópica aqui esboçada revela-se como uma busca pela identificação, em diferentes níveis, de características reveladoras de padrões de associação (e/ou disjunção) entre (a) a adesão, individual ou coletiva, a valores democráticos e (b) as atitudes e práticas que lhes são ou seriam correspondentes. O objetivo, como vimos anteriormente, é tornar

32 Apresentamos uma primeira tentativa nesse sentido em Barbosa (1998).

possível o estabelecimento de um sistema de correspondências ou “traduções” que permita “ler” ou decodificar o mesmo fenômeno em suas diferentes esferas e dimensões. Neste sentido abre-se caminho para a investigação de relações de associação/disjunção em, pelo menos, quatro complexos temáticos.

O primeiro dos complexos acima referidos é o estudo das relações entre características do desenvolvimento psíquico-emocional e cultura democrática, traduzidos sinteticamente por Winnicott como uma relação entre níveis de maturidade emocional e tendências democráticas ou autoritárias. O segundo é o das associações entre níveis de desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral e pré-requisitos para a emergência da cultura democrática, sinteticamente traduzidos como relações entre a cultura democrática e os dois patamares de desenvolvimento, aqui denominados de “mundo das operações concretas” e “mundo das operações formais”. O terceiro complexo temático é o das relações entre os fundamentos de legitimidade dos padrões coletivos de dominação de longa duração e as características individuais – emocionais e cognitivas, por exemplo – apontadas pelos conhecimentos oriundos dos dois blocos anteriores como associadas à cultura democrática, o que permitiria entender, no campo da cultura política, as relações de correspondência entre padrões individuais e coletivos. O último complexo temático é o estudo, por um lado, das **combinações** desses padrões de associação entre ação individual e coletiva em contextos sócio-espaciais ou organizacionais específicos, como as cidades ou administrações municipais, respectivamente; e, por outro, o estudo das **proporções** dessas aglutinações e combinações em tais contextos³³.

Somente uma rede conceitual articulada a partir dos quatro níveis de investigação acima seria suficientemente complexa para tornar possível,

33 Um interessante panorama sobre o tema no campo sociológico pode ser encontrado em Domingues (1996).

finalmente, poder responder à questão sugerida por Winnicott: nesse tempo "X" e nessa configuração sócio-espacial ou organizacional específica "Y", o quê aparece combinado com o quê e em quais proporções, em termos de tendências favoráveis ou não à emergência da cultura democrática? Na resposta estaria a chave para entender como cultura democrática e poder local articulam-se empiricamente em determinados pontos espaço-temporais concretos.

Por último cabe uma reflexão sobre o eixo teórico-epistemológico unificador dos deslocamentos multidimensionais numa abordagem desse tipo. O veículo de deslocamento ao longo de diferentes dimensões e níveis intra-dimensionais de organização da vida social - mais acima exemplificado com a imagem de um elevador - é a função conceitual de tradução, que está na essência mesma do processo de conhecimento. Contudo, ela só poderá permitir uma navegação fluente e ininterrupta da experiência imediata para o pensamento lógico-conceitual, e vice-versa, se sustentada por uma abordagem evolutiva ou de desdobramento que conceba o próprio conhecimento em termos de fases de um processo evolutivo, como faz a epistemologia genética. A compreensão evolutiva da vida individual e coletiva, ao permitir que se estabeleça uma espécie de ponte que articula o consciente ao inconsciente, o individual ao coletivo, o micro ao macro, conteúdos sócio-culturais de diferentes épocas com fases correspondentes da evolução cognitiva e afetiva individual, etc. torna-se, portanto, um *sine qua non* para que, antes de mergulharmos em algum problema de estudo, no âmbito de uma abordagem multi-escópica das relações entre cultura democrática e poder local, tenhamos relativa clareza sobre onde desçamos do elevador: em que andar, em que direção, sabendo o que está abaixo de nós, acima de nós, e possivelmente também ao nosso lado, com

o que cruzamos e o que podemos esperar de nossa "excursão".

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. **Studien zum autoritären Charakter**. 2.ed. Frankfurt, Suhrkamp, 1976.
- AFFONSO, Rui de Britto Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros (Org.) **Descentralização e políticas sociais**. São Paulo, FUNDAP, 1996.
- ALEXANDER, Jeffrey C. O novo movimento teórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.2, n.4, p.5-28, jun. 1987.
- ALMEIDA, Maria Herminia Tavares. Federalismo e políticas sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.10, n.28, p.88-108, jun. 1995.
- ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. **Cultures of Politics. Politics of Cultures: re-visioning Latin American social movements** (Ed.) Boulder, Colorado, Westview Press, 1998 a.
- _____. Introduction: The cultural and the political in Latin American social movements. In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. **Cultures of Politics. Politics of Cultures: re-visioning Latin American social movements** (Ed.) Boulder, Colorado, Westview Press, 1998b. p.1-29.
- ARRETCHE, Marta T. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.11, n.31, p.44-66, jun. 1996.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas, Papirus, 1994.
- AVRITZER, Leonardo. Cultura política, atores sociais e democratização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.10, n.28, p.109-122, jun. 1995.
- BARBOSA, Eva Machado. **Conhecimento e significado como tradução: seu pa-**

pel no ensino de metodologias de pesquisa em ciências sociais. Mimeo: Trabalho apresentado na X Jornada de Estudos Americanos "Tradução - Transculturação". Porto Alegre, agosto 1998a.

____. **Shopping centers e mandalas**: pequeno ensaio sobre o retorno de formas arquetípicas na arquitetura pós-moderna. Mimeo: Trabalho apresentado no V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo "Cidades, temporalidades em confronto; uma perspectiva comparada da história da cidade, do projeto urbanístico e da forma urbana". Campinas, outubro 1998b.

____. Conhecendo o conhecimento: questões lógicas e teóricas na crítica da ciência e da razão. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v.10, p.9-35, 1998c.

____. **Do localismo eufórico ao distanciamento crítico**: caminhos da gestão urbana brasileira nos anos 90. Mimeo: Trabalho apresentado no VIII Encontro Nacional da Associação de Programas de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Porto Alegre, maio 1999.

BOBBIO, Norberto. **Ensaio escolhido**. São Paulo, C. H. Cardim Editora, s/d.

BOHM, David. **A totalidade e a ordem implicada**. São Paulo, Cultrix, 1992.

BORGES, Jorge Luis. O Aleph. In: **OBRAS COMPLETAS**. São Paulo, Editora Globo, 1999. v.1, p.686-698.

BORJA, Jordi. As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão europeia e latino-americana. In: FISCHER, Tânia (Org.) **Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.79-99.

BORON, Atilio A. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1994.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (Org.) **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1994. p.81-90.

CARVALHAL, Tania Franco (Org.) **Saramago na Universidade**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1999.

CASSIRER, Ernst. **Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana**. São Paulo, Martins Fontes, 1994.

CASTEL, Robert. **Las metamorfosis de la cuestión social: una crónica del salariado**. Buenos Aires, Paidós, 1997.

CASTELLS, Manuel. **The Rise of the Network Society**. Oxford, Blackwell, 1996. v.1 de *The Information Age: Economy, Society and Culture*.

_____. **O poder da identidade**. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1999. v.2 de *A era da informação: economia, sociedade e cultura*.

CHAUÍ, Marilena. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In: DAGNINO, Evelina (Org.) **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1994. p.19-30.

DAGNINO, Evelina (Org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1994.

_____. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (Org.) **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1994. p.103 -115.

DEMIROVIC, Alex, KREBS, Hans-Peter, SABLÓWSKI, Thomas (Org.) **Hegemonie und Staat: Kapitalistische Regulation als Projekt und Prozess**. Münster, Verlag Westphälisches Dampfboot, 1992.

DOMINGUES, José Maurício. Evolução, história e subjetividade coletiva. **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n.42, p.7-40, segundo semestre de 1996.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993. v.2.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3.ed. Porto Alegre, Editora Globo, 1976. v.2.

FIGUEIREDO, Rubens; LAMOUNIER, Bolívar. **As cidades que dão certo: experiências inovadoras na administração pública brasileira**. 4.ed. Brasília, MH Comunicação, 1997.

FISCHER, Tânia (Org.) **Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. **Gestão contemporânea, cidades estratégicas: aprendendo com fragmentos e reconfigurações do local**. In: FISCHER, Tânia (Org.) **Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996a. p.13-23.

FREITAG, Barbara. **Piaget: encontros e desencontros**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1985.

_____. **Piaget e a filosofia**. São Paulo, Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

_____. **Itinerários de Antígona: a questão da moralidade**. Campinas, Papirus, 1992.

GERSCHMAN, Sílvia; VIANNA, Maria Lúcia Werneck (Orgs.) **A miragem da pós-modernidade: democracia e políticas sociais no contexto da globalização**. Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo, Edições Loyola, 1997.

GÖRG, Christoph; ROTH, Roland (Orgs.) **Kein Staat zu machen: zur Kritik Der Sozialwissenschaften**. Münster, Verlag Westphälisches Dampfboot, 1998.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 2.ed. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 1998.

HABERMAS, Jürgen. **Theorie des kommunikativen Handelns**. Frankfurt, Suhrkamp, 1988. v.2.

HARVEY, David. **The Urban Experience**. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1989.

_____. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo, Edições Loyola, 1992.

_____. **Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio**. **Espaço & Debate**, São Paulo, n.39, p.48-65, 1996.

_____. **Justice, Nature and the Geography of Difference**. Oxford, Blackwell, 1997.

HILLMAN, James. **Cidade & alma**. São Paulo, Studio Nobel, 1993.

- HIRSCH, Joachim. **Globalización, transformación del Estado y democracia**. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, Goethe-Institut Córdoba, 1997.
- HIRSCH, Joachim. **Vom Sicherheitsstaat zum nationalen Wettbewerbsstaat**. Berlin, ID Verlag, 1998.
- HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. **Globalização em questão**. Petrópolis, Vozes, 1998.
- IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. 3.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.
- _____. *As ciências sociais na época da globalização*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.13, n.37, p.33-41, jun. 1998a.
- _____. *Teorias da globalização*. 5.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998b.
- JELIN, Elizabeth. Toward a Culture of Participation and Citizenship: Challenges for a More Equitable World. In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. **Cultures of Politics. Politics of Cultures: re-visioning Latin American social movements** (Ed.). Boulder, Colorado, Westview Press, 1998. p. 405-414.
- KLIKSBERG, Bernardo (Org.) **Pobreza, uma questão inadiável: novas respostas a nível mundial**. Brasília, ENAP, 1994.
- KRISCHKE, Paulo J. Final Comments: Challenges to Cultural Studies in Latin America. In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. **Cultures of Politics. Politics of Cultures: re-visioning Latin American social movements** (Ed.). Boulder, Colorado, Westview Press, 1998. p. 415-421.
- KUPER, Gina Zabudovski. **La dominación patrimonial en la obra de Max Weber**. México, Universidad Nacional Autónoma de México, Fondo de Cultura Económica, 1989.
- LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.1, n.2, p.41-47, out. 1986.
- LIMA, Ana; LÓIOLA, Elizete; MOURA, Suzana. **Perspectivas da gestão local do desenvolvimento: as experiências de Salvador e Porto Alegre**. Mimeo: Trabalho apresentado no VIII Encontro Nacional da Associação de Programas de Pós-Graduação em Administração, 1998.

duação em Planejamento Urbano e Regional. Porto Alegre, maio 1999.

LOJKINE, Jean. **A revolução informacional**. São Paulo, Cortez, 1995.

MELUCCI, Alberto. Third World or Planetary Conflicts? In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. **Cultures of Politics, Politics of Cultures: re-visioning Latin American social movements** (Ed.). Boulder, Colorado, Westview Press, 1998. p.422-429.

MOMMSEN, Wolfgang. La sociologia politica de Max Weber y su filosofia de la historia universal. In: SAZBÓN, José (Org.) **Presencia de Max Weber**. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 1971. p.85-121.

NAVARRO, Pablo. **El holograma social**. Madrid, Siglo Veintiuno de España Editores, 1994.

NEGROPONTE, Nicholas. **A vida digital**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

NOVY, Andreas. **Lokaler Widerstand uns struktureller Wandel in Brasilien: Lokalinitiativen der Armen an der Peripherie von São Paulo**. Frankfurt, Peter Lang, 1994.

OSBORNE, David, GAEBLER, Ted. **Reinventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público**. Brasília, MH Comunicação, 1994.

PIAGET, Jean. **Epistemologia genética**. São Paulo, Martins Fontes, 1990.

PIAGET, Jean, GARCIA, Rolando. **Psicogénese e história das ciências**. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987.

PIERUCCI, Antonio Flávio. Linguagens autoritárias, voto popular. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1994. p.137-149.

REILLY, Charles (Org.) **Novas políticas urbanas: ONG e governos municipais na democratização latino-americana**. Arlington, Fundação Interamericana, 1994.

REVEL, Jacques (Org.) **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Cybercultural Politics: Political Activism at a Distance in a**

- transnational World. In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. **Cultures of Politics. Politics of Cultures: re-visioning Latin American social movements** (Ed.) Boulder, Colorado, Westview Press, 1998 a., p.325-352.
- SAMUELS, Andrew. **A psique política**. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1995.
- SANCHEZ, Fernanda. **Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes**. Mimeo: Trabalho apresentado no VIII Encontro Nacional da Associação de Programas de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Porto Alegre, maio 1999.
- SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves. **Capital social e gestão das grandes cidades: associativismo e participação sócio-política nas regiões metropolitanas do Brasil**. Mimeo: Trabalho apresentado no VIII Encontro Nacional da Associação de Programas de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Porto Alegre, maio 1999.
- SCHMITTER, Philippe. *Perspectivas da democracia no mundo contemporânea: mais liberal, pré-liberal ou pós-liberal?* In: GERSCHMAN, Silvia; VIANNA, Maria Lúcia Werneck (Orgs.) **A miragem da pós-modernidade: democracia e políticas sociais no contexto da globalização**. Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, 1997, p.31-43.
- SCHVASBERG, Benny. **Avanços e limites ao planejamento e gestão urbana e territorial: para onde aponta a experiência do governo de esquerda em Brasília?** Insumos ao desafio urbano para a próxima década. Mimeo: Trabalho apresentado no VIII Encontro Nacional da Associação de Programas de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Porto Alegre, maio 1999.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. 3.ed. Rio de Janeiro, Campus, 1988.
- SCOTT, James C. Political Clientelism: a Bibliographical Essay. In: SCHMIDT, Steffen W.; GUASTI, Laura; LANDÉ, Carl H.; SCOTT, James C. (ed.). **Friends, Followers, and Factions**. Berkeley, University of California Press, 1977, p.483-505.
- SLATER, David. *Rethinking the Spatialities of Social Movements: Questions of (BI*

orders, Culture, and Politics in Global Times. In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. **Cultures of Politics. Politics of Cultures: re-visioning Latin American social movements** (Ed.) Boulder, Colorado, Westview Press, 1998. p.380-401.

SQJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, Jessé. **Patologias da modernidade: um diálogo entre Habermas e Weber**. São Paulo, Annablume, 1997.

_____. *A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.13, n.38, p.97-116, out. 1998.

VAINER, Carlos. **Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano**. Mimeo: Trabalho apresentado no VIII Encontro Nacional da Associação de Programas de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, maio 1999.

WALLERSTEIN, Immanuel (Ed.) **Open the Social Sciences**. Report of the Gulbenkian Commission on the Restructuring of the Social Sciences, Stanford, Stanford University Press, 1996.

WEBER, Max. **Economía y Sociedad: esbozo de sociología comprensiva**. 2.ed. México, Fondo de Cultura Económica, 1969. v.2.

WINNICOTT, D. W. Einige Gedanken zur Bedeutung des Wortes Demokratie. In: **FAMILIE UND INDIVIDUELLE ENTWICKLUNG**. Frankfurt, Fischer Verlag, 1984. p.222-241.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio G. (Org.) **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967. p.97-122.

Resumo

Embora sempre tenha havido poder e lideranças locais, a descentralização político-administrativa, através da qual o capitalismo vem lidando com as complexidades da gestão urbana na sociedade globalizada, fez florescer, nas últimas décadas, uma renovada "questão" do poder local. Apregoado como *locus* e agente de democratização, não raro são encontradas no seu âmbito, no caso brasileiro, velhas práticas anti-democráticas, tais como o personalismo e o clientelismo, evidenciando que a cultura democrática não se instaura automaticamente através da inovação das práticas administrativas. Entender as dificuldades de desenvolvimento da cultura democrática no Brasil exige operar conceitualmente com uma visão multidimensional que articule a compreensão evolutiva da vida social com uma concepção hologramática do local, enquanto contexto sócio-espacial para o qual convergem, simultaneamente e transportadas pela ação individual e coletiva, diferentes temporalidades históricas correspondentes a distintos padrões de dominação. Esta visão é tecida, no artigo, articulando as abordagens de WINNICOTT e WEBER, para a questão democrática, com a epistemologia genética de PIAGET e com o paradigma da ordem implicada de BOHM.